

# CBM-PA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

500 questões gabaritadas  
Praticando  
Soldado



CÓD: SL-1270T-23  
7908433244202

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática .....	109
3. Química .....	141
4. Física .....	145
5. Biologia .....	159
6. Noções de Direito .....	163

3. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023  
Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Acentuação

**Texto 1A9-I**

A situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. O retrato das prisões no Brasil desafia o sistema de justiça penal, a política criminal e a política de segurança pública. O equacionamento de seus problemas exige, necessariamente, o envolvimento dos três Poderes da República, em todos os níveis da Federação, além de se relacionar diretamente com o que a sociedade espera do Estado como agente de pacificação social.

Diante dessa complexidade, parece acertado descartar qualquer solução que se apresente como uma panaceia, seja no âmbito legislativo, seja no administrativo, seja no judicial. No entanto, isso não significa que nada possa ser feito. Ao contrário, a magnitude do problema exige que os operadores jurídicos, os gestores públicos e os legisladores intensifiquem seus esforços na busca conjunta de soluções e estratégias inteligentes, e não reducionistas, aptas a nos conduzir à construção de horizontes mais alentadores.

Os problemas do sistema penitenciário que se concretizam em nosso país devem nos conduzir a profundas reflexões, sobretudo em uma conjuntura em que o perfil das pessoas presas é majoritariamente de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda. Além da necessidade de construção de vagas para o sistema prisional, é preciso analisar a “qualidade” das prisões efetuadas e o perfil das pessoas que têm sido encarceradas, para que seja possível problematizar a “porta de entrada” e as práticas de gestão dos serviços penais, desde a baixa aplicação de medidas cautelares e de alternativas penais até a organização das diversas rotinas do cotidiano das unidades prisionais.

A necessária busca por alternativas penais tão ou mais eficazes que o encarceramento é um desafio de alta complexidade que depende de estreita articulação entre os órgãos do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, têm sido extremamente interessantes os resultados da implantação das audiências de custódia, objeto de acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, que consistem na garantia da rápida apresentação da pessoa presa a um juiz no caso de prisão em flagrante. Na audiência, são ouvidas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado da pessoa presa. Além de analisar a legalidade e a necessidade da prisão, o juiz pode verificar eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos.

A humanização das condições carcerárias depende da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça. Para que esses serviços alcancem as pessoas que se encontram nos presídios brasileiros, as políticas devem ser implementadas pelos gestores estaduais especializados nas diferentes temáticas sociais governamentais. Já se sabe que é inadequado o modelo de “instituição total”, que desafia unicamente o gestor prisional a improvisar arranjos de serviços para o ambiente intramuros, de forma frágil e desconectada das políticas sociais do Estado. Esse passo parece ser decisivo para reconhecermos, de fato, a pessoa privada de liberdade e o egresso como sujeitos de direitos.

Tatiana W. de Moura e Natália C. T. Ribeiro. Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN). Ministério da Justiça, 2014 (com adaptações).

No texto 1A9-I, são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica os vocábulos

I “carcerária” e “estratégias”.

II “Além” e “Já”.

III “política” e “jurídicos”.

IV “é” e “à”.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I, III e IV.

4. CEBRASPE (CESPE) - DATI POL (PC RO)/PC RO/2022  
Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Acentuação

**Texto CG1A1-I**

Na segunda metade do século XVIII, eclodiram protestos contra os suplícios por toda a Europa. Esses eram formas de punição que podem ser definidas como penas aplicadas sobre o corpo do condenado, num ritual geralmente ostentoso e cruel. Nessa época, começava-se a crer que era preciso punir de outro modo, de forma que a justiça penal aplicasse punições sem se vingar. Essa mudança no modo de punir, entretanto, não se deveu tanto a um sentimento de humanidade, de piedade para com o acusado. Vários fatores, especialmente de caráter econômico, contribuíram<sup>c</sup> para que os suplícios fossem deixados de lado e substituídos<sup>b</sup> pela prisão.

A partir do século XVIII, ocorreu uma diminuição dos crimes de sangue na Europa, e passaram a prevalecer os delitos praticados contra a propriedade, como roubos e fraudes fiscais. Portanto, houve uma suavização dos cri-

de todos que adotaram essas experiências quanto à sua efetividade na prevenção da violência; prova disso é que seu uso tem sido muito corrente nos dias atuais.

Podemos definir polícia comunitária como um processo pelo qual a comunidade e a polícia compartilham informações e valores de maneiras mais intensas, objetivando promover maior segurança e o bem-estar da coletividade. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a apresentar um capítulo específico sobre segurança pública, no qual se encontra o artigo 144. Nessa perspectiva, ao incorporar a segurança pública na Carta Magna, o legislador instituiu um status de direito fundamental a essa matéria. Assim, o Estado é o principal garantidor da segurança pública, mas a responsabilidade recai sobre todos; conseqüentemente, em observância aos conceitos e aos princípios da filosofia de polícia comunitária, o cidadão passa a ser parceiro da organização policial, envolvendo-se na identificação de problemas, apontando prioridades e indicando soluções com relação à segurança pública, em uma perspectiva cidadã.

*Severino da Costa Simão. Polícia comunitária no Brasil: contribuições para democratizar a segurança pública. Internet: <www.cchla.ufpb.br> (com adaptações).*

De acordo com o **texto CG1A1-I**, o estreitamento das relações entre as instituições policiais e a comunidade

- (A) potencializa a sensação de segurança de um do modo geral.
- (B) atua na recuperação da credibilidade social quanto à necessidade da segurança pública.
- (C) ameniza o sentimento generalizado de medo, mas não reduz a criminalidade.
- (D) ajuda a responder a demandas específicas de segurança pública de forma efetiva.
- (E) contribui para reduzir a carga de trabalho dos agentes policiais.

77. CEBRASPE (CESPE) - AG INV (PC PB)/PC PB/2022  
Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Interpretação de Textos (Compreensão)

#### **Texto CG1A1-I**

O estreitamento das relações entre instituições policiais e comunidade como um todo, em determinado espaço geográfico, se coloca como uma forma eficaz de enfrentamento do sentimento generalizado de medo, de insegurança e de descrédito em relação à segurança pessoal e coletiva. Esse modo de responder ao problema da violência e da criminalidade de forma preventiva e com a participação da sociedade tem recebido denominações diferenciadas, tais como polícia comunitária, policiamento comunitário, polícia interativa, polícia cidadã, polícia

amiga, polícia solidária, não havendo consenso quanto à melhor nomenclatura. No entanto, há o reconhecimento de todos que adotaram essas experiências quanto à sua efetividade na prevenção da violência; prova disso é que seu uso tem sido muito corrente nos dias atuais.

Podemos definir polícia comunitária como um processo pelo qual a comunidade e a polícia compartilham informações e valores de maneiras mais intensas, objetivando promover maior segurança e o bem-estar da coletividade. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a apresentar um capítulo específico sobre segurança pública, no qual se encontra o artigo 144. Nessa perspectiva, ao incorporar a segurança pública na Carta Magna, o legislador instituiu um status de direito fundamental a essa matéria. Assim, o Estado é o principal garantidor da segurança pública, mas a responsabilidade recai sobre todos; conseqüentemente, em observância aos conceitos e aos princípios da filosofia de polícia comunitária, o cidadão passa a ser parceiro da organização policial, envolvendo-se na identificação de problemas, apontando prioridades e indicando soluções com relação à segurança pública, em uma perspectiva cidadã.

*Severino da Costa Simão. Polícia comunitária no Brasil: contribuições para democratizar a segurança pública. Internet: <www.cchla.ufpb.br> (com adaptações).*

Depreende-se do **texto CG1A1-I** que o conceito de polícia comunitária implica

- (A) a harmonia dos valores éticos da sociedade com os da polícia.
- (B) a garantia de segurança coletiva pautada na parceria entre polícia e sociedade.
- (C) a corresponsabilização dos cidadãos pelos atos praticados pela polícia.
- (D) a busca pelo bem-estar coletivo no trabalho conjunto da polícia e da sociedade.
- (E) a transferência da responsabilidade pela segurança pública do Estado para a sociedade.

78. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Interpretação de Textos (Compreensão)

#### **Texto CG2A1**

A cultura dominante, hoje mundializada, se estrutura ao redor da vontade de poder que se traduz por vontade de dominação da natureza, do outro, dos povos e dos mercados. Os meios de comunicação levam ao paroxismo a magnificação de todo tipo de violência. Nessa cultura, o militar, o banqueiro e o especulador valem mais que o poeta, o filósofo e o santo. Nos processos de socialização

então, se  $a(5) = 28$  e  $b(5) = 6$ , a quantidade média de veículos que passa pelo referido cruzamento no primeiro minuto das 7 h da manhã é igual a

- (A) 34.
- (B) 98.
- (C) 306.
- (D) 1.526.
- (E) 1.804.

41. CEBRASPE (CESPE) - AG PM (IBGE)/IBGE/2021

Assunto: Matemática - Progressão geométrica

Um organismo vivo tem a capacidade de reproduzir-se dividindo-se em dois outros organismos semelhantes a ele. A cada segundo, cada novo organismo gerado amadurece e se reproduz, gerando dois outros organismos. Em certo experimento, em um instante inicial, um desses organismos foi isolado e passou-se a contabilizar a população  $p_n$  dos organismos gerados a partir daquele que foi isolado, decorridos exatamente  $n$  segundos desde o instante inicial.

Nessa situação, supondo-se que no decorrer dos 10 primeiros segundos do experimento nenhum dos organismos pereceu, tem-se que

- (A)  $p_{10} < 400$ .
- (B)  $400 \leq p_{10} < 600$ .
- (C)  $600 \leq p_{10} < 800$ .
- (D)  $800 \leq p_{10} < 1.000$ .
- (E)  $1.000 \leq p_{10}$ .

42. CEBRASPE (CESPE) - CAD (CBM TO)/CBM TO/2021

Assunto: Matemática - Progressão geométrica

Um grupo de resgate precisou fazer uma trilha de 3 dias completos para chegar ao local de destino. Em virtude do cansaço acumulado, a cada dia o grupo caminhou 20% menos da distância caminhada no dia anterior. Se o grupo nunca parasse de caminhar, considerando-se que caminhasse a uma taxa de 20% a menos que no dia anterior, ele caminharia um total de 100 km.

Considerando-se essas informações, é correto afirmar que, ao final do 3.º dia, eles caminharam

- (A) 48,8 km.
- (B) 20 km.
- (C) 72,8 km.
- (D) 51,2 km.

43. CEBRASPE (CESPE) - TEC ADM (COREN CE)/COREN CE/2021

Assunto: Matemática - Progressão geométrica

Assinale a opção que apresenta o número que, posicionado entre 1 e 2, forma com eles uma progressão geométrica.

- (A)  $\frac{4}{3}$
- (B)  $\sqrt{2}$
- (C)  $\frac{3}{2}$
- (D)  $\sqrt{3}$

44. CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/ANÁLISE DE SISTEMA/DESENVOLVIMENTO/2020

Assunto: Matemática - Progressão geométrica

No dia 1.º de janeiro de 2019, uma nova secretaria foi criada em certo tribunal, a fim de receber todos os processos a serem protocolados nessa instituição. Durante o mês de janeiro de 2019, 10 processos foram protocolados nessa secretaria; a partir de então, a quantidade mensal de processos protocolados na secretaria durante esse ano formou uma progressão geométrica de razão igual a 2.

Nessa situação hipotética, a quantidade de processos protocolados nessa secretaria durante os meses de junho e julho de 2019 foi igual a

- (A) 320.
- (B) 480.
- (C) 640.
- (D) 960.
- (E) 1.270.

4. CEBRASPE (CESPE) - VEST (UB)/UB/MEDICINA/2021

Assunto: Biologia e Biomedicina - Sistema digestório (anatomia e fisiologia humanas)

A obstrução das vias aéreas por corpo estranho (OVA-CE), conhecida popularmente como engasgo, é um fenômeno que pode ocorrer durante a deglutição ou a regurgitação. Líquidos, alimentos ou qualquer tipo de objeto podem bloquear a traqueia e dificultar ou impedir a respiração. No Brasil, a OVACE é a terceira maior causa de acidentes seguidos por morte em crianças e lactentes.

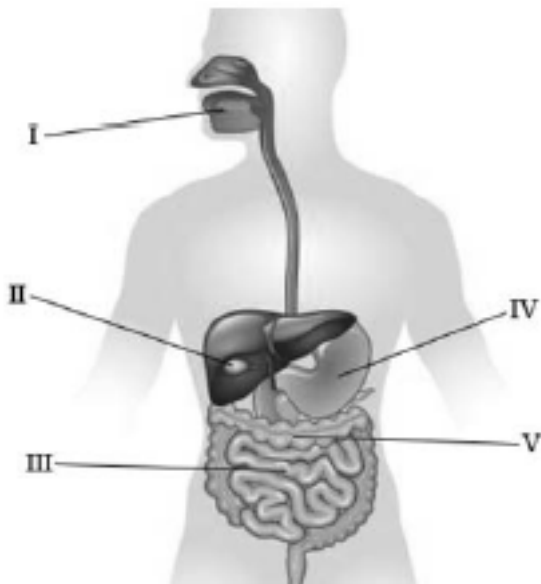
Internet: <abc.med.br> (com adaptações).

Durante a deglutição, em circunstâncias normais, a estrutura que fecha a entrada da laringe e impede a passagem de alimentos e de líquidos para o trato respiratório inferior é denominada

- (A) epiglote.
- (B) palato duro.
- (C) esfíncter de Oddi.
- (D) esfíncter cárdico.
- (E) esfíncter pilórico.

5. CEBRASPE (CESPE) - BIO (B COQUEIROS)/PREF B DOS COQUEIROS/2020

Assunto: Biologia e Biomedicina - Sistema digestório (anatomia e fisiologia humanas)



Internet: <www.coc.com.br>.

O processo digestório é altamente complexo e depende da atuação de diferentes enzimas à medida que os alimentos são deslocados ao longo do trato digestório. Considerando o esquema precedente, que representa o sistema digestório humano, assinale a opção **correta**.

- (A) A digestão enzimática de carboidratos se inicia no compartimento I, devido à secreção da amilase salivar.
- (B) No compartimento II ocorre a síntese de bilirrubina, pigmento resultante da degradação da hemoglobina.
- (C) No compartimento III se dá a síntese de ácidos biliares, importantes na digestão dos lipídios da dieta.
- (D) A secreção das enzimas proteolíticas tripsina e elastase ocorre no compartimento IV.
- (E) A digestão de glicogênio ocorre no compartimento V, no qual é secretada a enzima glicogenase.

6. CEBRASPE (CESPE) - PROF (SEED PR)/SEED PR/CIÊNCIAS/2021

Assunto: Biologia e Biomedicina - Sistema esquelético (anatomia e fisiologia humanas)

Assinale a opção que apresenta exemplo de osso laminar.

- (A) tarso
- (B) patela
- (C) carpo
- (D) vértebra
- (E) crânio

7. CEBRASPE (CESPE) - TEC NECRO (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Biologia e Biomedicina - Sistema respiratório (anatomia e fisiologia humanas)

Assinale a opção que indica o local no qual ocorre a hematose pulmonar.

- (A) brônquios
- (B) traqueia
- (C) laringe
- (D) alvéolos
- (E) nasofaringe

- (C) São estáveis os ocupantes de cargo comissionado após três anos de efetivo exercício.  
 (D) São estáveis somente após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.  
 (E) O servidor público estável não perderá o cargo em nenhuma hipótese.

80. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE ES)/PGE ES/2023  
 Assunto: Direito Administrativo - Dos Direitos e Vantagens (arts. 66 a 164 da LC nº 46/1994)

Ao servidor do estado do Espírito Santo será concedido o auxílio financeiro denominado

- I auxílio-creche.  
 II bolsa de estudo.  
 III ajuda de custo.  
 IV décimo terceiro vencimento.

Estão **corretos** apenas os itens

- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) II e IV.  
 (D) I, III e IV.  
 (E) II, III e IV.

81. CEBRASPE (CESPE) - ESC POL (PC PB)/PC PB/2022  
 Assunto: Direito Administrativo - Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 5º a 37 da LC nº 58/2003)

Um servidor público do estado da Paraíba foi demitido e, após transitar em julgado, sentença judicial invalidou a sua demissão. Nessa situação hipotética, se o cargo que ocupava não tiver sido extinto, o servidor deverá ser

- (A) revertido.  
 (B) reconduzido.  
 (C) reintegrado.  
 (D) readaptado.  
 (E) posto em disponibilidade.

82. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC PB)/PC PB/2022  
 Assunto: Direito Administrativo - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 131 a 170 da LC nº 58/2003)

Se determinado órgão público receber denúncia anônima que impute conduta irregular a servidor público lotado nesse mesmo órgão, por ato cometido no exercício da função, à administração pública

(A) é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da proporcionalidade.

(B) é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que motivada e com amparo em investigação ou sindicância.

(C) é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da razoabilidade.

(D) é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da legalidade.

(E) é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que a portaria de instauração exponha detalhadamente o fato a ser apurado.

83. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC PB)/PC PB/2022  
 Assunto: Direito Administrativo - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 131 a 170 da LC nº 58/2003)

Suponha que cada um dos seguintes servidores públicos figure como parte interessada em processo administrativo protocolado junto à administração pública: Leonardo, com 60 anos de idade, não relata qualquer problema de saúde; Luciano, com 50 anos de idade, apresenta diagnóstico de cardiopatia leve; Sílvio, com 40 anos de idade, comprova ser portador de deficiência física. Nessa situação, haverá prioridade na tramitação

- (A) do processo administrativo de Luciano, apenas.  
 (B) dos processos administrativos dos três interessados.  
 (C) dos processos administrativos de Leonardo e Sílvio.  
 (D) dos processos administrativos de Luciano e Sílvio.  
 (E) do processo administrativo de Leonardo, apenas.

150. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/  
 PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Direito Constitucional - Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal, o militar

(A) da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por merecimento.

(B) em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei, ressalvada a hipótese de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(C) em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção.

(D) da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, será transferido para a reserva depois de três anos de afastamento.

151. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE PA)/PGE  
 PA/2022

Direito Constitucional - Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42 da CF/1988)

Com relação ao regime jurídico aplicável aos militares estaduais, assinale a opção **correta**.

(A) É incompatível com o princípio da presunção de inocência norma que veda a transferência de militar que estiver respondendo a processo criminal para a reserva remunerada.

(B) Com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 101/2019, deixou de ser ilícita a acumulação da atividade militar com cargo, emprego ou função civil, desde que observada a prevalência da atividade militar e a compatibilidade de horários, sendo possível atribuir efeitos retroativos à referida emenda constitucional, para alcançar relações anteriores à sua promulgação e afastar a ilicitude de acumulação pretérita mantida de boa-fé, resguardando-se, entretanto, as situações efetivamente consumadas e consolidadas pelo ato jurídico perfeito e pela coisa julgada.

(C) A aplicação das punições disciplinares aos militares estaduais está sujeita à prescrição quinquenal, contada da data da ocorrência do fato.

(D) De acordo com o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da competência privativa da União para a edição de normas gerais sobre inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, está compreendida a fixação das alíquotas da contribuição previdenciária incidente sobre os proventos desses militares e seus respectivos pensionistas.

(E) O militar da reserva remunerada poderá ser convocado para o serviço ativo, nas hipóteses previstas em lei, sendo-lhe assegurados os direitos e deveres dos da ativa de igual situação hierárquica, inclusive a promoção, contando-se como acréscimo esse tempo de serviço.

152. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AM)/MPE AM/2023  
 Direito Constitucional - Estado de Defesa e de Sítio  
 (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que tange à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção **correta**.

(A) Durante o estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a cinco dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

(B) Para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, a União poderá decretar estado de defesa em estado, município e no Distrito Federal, o qual perdurará pelo prazo máximo de trinta dias.

(C) Na vigência de estado de sítio, admite-se a imposição de restrições à liberdade de imprensa, de radiodifusão e de televisão.

(D) Compete ao Conselho de Defesa Nacional aprovar a decretação do estado de defesa e do estado de sítio.

(E) O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.